

Refazendo as Fundações do Método de Pesquisa e Intervenção dos Estudos Clínicos de Crozier e Friedberg a Partir da Filosofia *para a Ciência do Realismo Crítico*

Thiago Duarte Pimentel¹

Resumo

Este trabalho visa a explorar as possibilidades de aproximação entre o realismo crítico (RC) e a Escola Francesa da Sociologia das Organizações (EFSO), com foco especial na sua abordagem de pesquisa. Para tanto, discute-se as proposições centrais do realismo crítico e seus desdobramentos epistemológicos e metodológicos. Em seguida, apresentamos em detalhe o aporte teórico-metodológico da escola francesa de sociologia das organizações, com vistas a evidenciar e caracterizar os elementos desta abordagem que poderiam ser convergentes com o RC. Na sequência, discutimos os principais elementos do processo de produção de conhecimento desta abordagem à luz do RC, qualificando e avaliando até que ponto, e com que ressalvas, se poderia pensar numa tal aproximação. Por fim, concluímos com as possibilidades de avanço para a teoria das organizações a partir da convergência proposta.

Palavras-chave: Realismo crítico. Sociologia das organizações. Metodologia. Pesquisa intervenção. Estudos clínicos.

¹ Professor do Departamento de Turismo e do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF. Doutor em Ciências Sociais/UFJF. Mestre em Administração pelo Cepead/UFMG. Bacharel em turismo pela UFMG. thiagodpimentel@gmail.com

REELABORATING THE FOUNDATIONS OF THE RESEARCH-INTERVENTION METHOD OF CLINICAL STUDIES FROM CROZIER AND FRIEDBERG BY THE PHILOSOPHY *TO* SCIENCE OF CRITICAL REALISM

Abstract

This paper aims to explore the possibilities of rapprochement between critical realism and the French School of the Organizational Sociology with a special focus on their research approach. To do so, we discuss the central propositions of critical realism and its epistemological and methodological implications. Then, we present in detail the theoretical and methodological French School of Organizational Sociology trying to do more explicit and characteristic the main elements that could be convergent with critical realist approach. Following, we discuss the main elements of the process of knowledge production of this approach at the light of RC, in order to do a qualification an evaluation of in which extend the both can be approached. Finally, we conclude with possibilities for advancement to the theory of organizations from the convergence proposal.

Keywords: Critical realism. Sociology of organizations. Methodology. Intervention research. Clinical studies.

Este texto visa a explorar as possibilidades de aproximação e convergência entre o realismo crítico (RC) e a Escola Francesa da Sociologia das Organizações (EFSO), desenvolvida por Michel Crozier e Erhard Friedberg, com foco especial na sua abordagem de pesquisa.

O argumento desenvolvido aqui é o de que a EFSO, por meio de sua concepção de pesquisa e intervenção (dada pela noção de método clínico), representa um primeiro passo rumo a uma alternativa original em relação ao paradigma positivista para o processo de pesquisa. Devido ao seu ponto de referência indutivo-qualitativo, porém, ainda é suscetível aos vieses do relativismo “total” das abordagens antirrealistas e, portanto, frágil para sustentar uma sólida e perene elaboração científica.

O relativismo total é uma perspectiva dentro do pós-modernismo. Segundo Vandenberghe (2013), as raízes do pós-modernismo jazem na crise intelectual do marxismo ocidental. Como um sintoma de seu tempo, ele expressa

[...] uma descrença geral nas filosofias da história que prometem um futuro radiante, que ainda são cúmplices na perpetuação do presente. O pós-modernismo evita qualquer referência a “mecanismos causais” subjacentes que produzem fenômenos, às “estruturas profundas” que controlam os eventos ou a “grandes narrativas” que conduzem a história. Evitando a profundidade e promovendo a superficialidade, ele se prende à superfície das coisas e dos discursos, coisas-como-textos, e permanece aí. Apesar de sua repetitiva denúncia de todos os discursos autoritários, ele baseia-se fortemente numa série de injunções antifilosóficas que vão contra o espírito do realismo crítico [...] (Vandenberghe, 2013, p. 9 – tradução livre).

Com o benefício da retrospectiva nós podemos, agora, entender o “pastmodernism” (sic), movimento iniciado na arquitetura e nas artes como uma tentativa sistemática de trazer assuntos estéticos para dentro da Filosofia, em geral, e para a Epistemologia, em particular. O problema, em sua visão, é que quando essa motivação estética, que considera toda

representação como uma possível representação da realidade, é estendida às ciências, a ontologia resvala na “filosofia decorativa”, em que a realidade não é tida como uma pressuposição da ciência, mas um “pro-jeto” (“*pro-ject*”) e “produto” de suas re/presentações.

Como nas artes, os discursos científicos (textos sem autores) são ditos/tidos como performativos da realidade que eles mesmos descrevem. Debaixo do discurso, fora do texto, nas entrelinhas, não há nada, de acordo com os pós-modernistas, mas apenas no texto (Vandenberghe, 2013, p. 9-9). Ao dispensar uma teoria da correspondência, o pós-modernismo também exclui explicitamente as teorias discursivas de verdade. Assim, em vez de considerar visões alternativas da realidade como diferentes visões da mesma realidade, há uma multiplicação de relatos sobre distintas realidades (Vandenberghe, 2013). E se apenas eu vejo a minha realidade, nela qualquer coisa vale. Sem um compromisso com a discussão, diálogo e consenso, a “fusão de horizontes” que marca cada tentativa genuína de compreensão do universo paralelo está bloqueada. Entre as comunidades de idiomas diferentes, portanto, não há nenhuma ponte e reinam apenas a incomensurabilidade e a incomunicabilidade. Em suma: se não há uma realidade exterior ao discurso e todo argumento é tão bom quanto qualquer outro, por que deveríamos adotar o discurso pós-moderno? Por que deixar-nos convencer por um discurso que sequer é capaz de advogar (e justificar) sua supremacia sobre qualquer outro? (Castañon, 2005).

O antirrealismo, por sua vez, refere-se às abordagens pós-modernas, em geral, e ao construcionismo social, em particular. Castañon (2005) explica que o pós-modernismo está fundamentado na emergência da matriz epistemológica construtivista (piagetiana), cuja dispersão da Psicologia para as demais áreas das Ciências Humanas esteve associada a uma proliferação de sentidos e interpretações em torno do sentido do termo construtivismo. Dentro dessa matriz epistemológica construtivista há diferentes versões que se resumem, *grosso modo*, em uma vertente mais radical e outra menos radical. Enquanto a primeira sustenta que o sujeito constrói o conhecimento por meio da linguagem e com nada além dela, a linguagem se constitui na realidade mesma para o sujeito, não existindo realidade além da linguagem construída pelos sujeitos por meio de suas interações sociais. A segunda

versão admite que a teoria construída sobre os objetos do conhecimento por intermédio da linguagem intermedeia a relação entre o sujeito e o mundo, porém, de forma impermeável, de modo que a realidade objetiva, independente do sujeito, pode até existir, mas é (e será) sempre inacessível. Assim, esta segunda vertente, apesar de não aderir a um antirrealismo ontológico, atrela-se a um pessimismo epistemológico (Castañon, 2005).

No tocante à radicalização da linguagem, segundo pilar da concepção pós-moderna, é possível identificar que, apesar das aparências, o prefixo “pós” do pós-modernismo (pós-estruturalismo e outros “pós-ismos”), segundo Vandenberghe (2013), não é tanto temporal quanto efetivamente um marcador espacial. O prefixo indica o que acontece quando a teoria social francesa cruza o Atlântico e a Filosofia decorativa (estética) entra nos departamentos estadunidenses de literatura comparada. Quando o mesmo processo de deslocamento ocorre nas Ciências Sociais, os diversos “pós-ismos” da Filosofia procriam uma rapsódia de investigações pós-disciplinares baseadas no nexa poder/discurso – os chamados “estudos” – que entram em concorrência direta com as Ciências Sociais e podem até mesmo jogá-las em desordem (como evidenciado pela crise da antropologia) (Vandenberghe, 2013).²Tais problemas podem ser mitigados se parte dos elementos centrais daquela abordagem forem ressituidos de forma adequada e contextualizada, e erigidos sobre as bases do programa de pesquisa realista crítico.

Para avançar nesta argumentação, ainda propedêutica e seminal, este trabalho recapitula, de forma sumarizada, as principais proposições e elementos centrais do programa de pesquisa realista crítico, a fim de caracterizar – de forma não exaustiva,³ dadas as limitações deste *paper* – suas dimensões e categorias nucleares como ontologia (com destaque especial aqui devido a

² Para um aprofundamento sobre o relativismo total e as abordagens antirrealistas, conferir Bhaskar (1998 [1978]), Pimentel (2012) e Vandenberghe (2013).

³ Para uma melhor caracterização recomenda-se a leitura – introdutória mas bastante esclarecedora – da obra Bhaskar, Roy; Hartwing, Mervyn. *The Formation of Critical Realism: a personal perspective*. London: Routledge, 2010. (Ontological Explorations Series).

seu caráter estruturador das demais dimensões), epistemologia, metodologia, forma de raciocínio lógico-formal, e um modelo de ciência e de pesquisa científica, bem como seus desdobramentos e implicações.

Em seguida apresentamos a EFSO, focalizando com maior ênfase seus aspectos metodológicos e suas principais categorias analíticas, selecionadas aqui deliberadamente com vistas a fazer um diálogo com o RC. Por fim, evidenciamos as principais implicações do RC enquanto programa de pesquisa para as Ciências Humanas e Sociais, ponderando, sobretudo, sobre suas possíveis implicações para o estudo das organizações, apontando alguns comprometimentos da adoção desta proposta para a construção teórica e verificação da realidade.

O Realismo Crítico: proposições e elementos centrais⁴

A despeito da pluralidade de ideias, conceitos e teses propostas e desenvolvidas no âmbito que se convencionou a chamar de realismo crítico,⁵ muitos desdobramentos ocorreram. Devido, porém, à impossibilidade de se esgotar todo o assunto aqui, recorreremos à estratégia de apresentar, de forma sumarizada, as dimensões estruturantes da perspectiva realista crítica: ôntica, epistêmica, *rationale* e procedimental.

⁴ Fazendo coro à proposta de Jessop (2005), optou-se aqui por sistematizar o “núcleo duro” do movimento em sua “versão tradicional”, a fim de se evitar disparidades ou desvios introduzidos por abordagens específicas. Nos ateremos aqui, portanto, às principais ideias da primeira fase do RC em virtude do relativo consenso existente dentro do movimento sobre tais teses.

⁵ Vale destacar que a concepção da Filosofia para a Ciência, proposta inicialmente por Bhaskar é denominada “realismo transcendental” e cuja orientação específica para as Ciências Humanas é denominada de “naturalismo crítico”. Assim, a elisão dos dois termos (realismo transcendental + naturalismo crítico), sugerida pelos seus seguidores, produziu a 3ª nomenclatura: o “realismo crítico”. Esta síntese, porém, tem sido usada para classificar tanto o seu relato filosófico da Ciência, em geral, quanto o das Ciências Humanas, em particular.

De forma geral, como apontado anteriormente, o RC trabalha com duas teses principais: (1) a da reivindicação da ontologia e sua irredutibilidade à epistemologia; e (2) a estratificação desta dimensão ôntica a partir de mecanismos generativos, dos eventos e fatos observáveis, que podem se manifestar ou não (Vandenbergh, 2007). Em decorrência disso, no entanto, há desdobramentos e implicações epistemológicas, metodológicas, bem como dos procedimentos de racionalização científica (*rationale*), culminando, assim, com a formulação própria de um modelo de ciência. Esses serão os critérios abordados a seguir.

A ontologia refere-se ao domínio da realidade propriamente dita, na acepção de realidade ou da “coisa” em si, sendo esta possuidora de propriedades e características intrínsecas que orientariam o processo de investigação, delineando até que ponto e de que maneira esse processo poderia ser feito. Desse modo, o RC adota como posição a ontologia realista, quando a realidade é vista como algo ou entidade que existe “lá fora”, de modo exterior e independente do (ser humano) observador e do conhecimento que ele possa ter ou vir a ter dela.

Segundo Bhaskar (1989) este domínio ôntico⁶ é constituído de diferentes estratos ou níveis, aos quais se pode (ou não) ter acesso e deles gerar conhecimento, a saber: a) o estrato empírico, que é o mais superficial estrato da realidade e constitui-se das manifestações empíricas e observáveis; b) o estrato efetivo (dos eventos e acontecimentos), não necessariamente observável, referente aos fatos ou eventos e a ocorrência de sucessivas transformações na realidade; e c) o estrato do real, terceiro e mais profundo nível da realidade, que remeteria às propriedades internas e intrínsecas de cada entidade – ou coisa em si – e que seria responsável por desencadear a atuação das manifestações de um fenômeno nos demais níveis, uma vez que

⁶ Também denominada por ele de dimensão intransitiva da realidade, posto que ele *é/existe* por si só, independente de complemento.

aqui, neste nível, é que residiriam – de forma imanente – os poderes causais das entidades, sendo ativados mediante a sua exposição a determinadas circunstâncias (Jessop, 2005; Vandenberghe, 2007).

Para Fleetwood (2005, p. 199 – itálicos no original), uma “*entidade é tida como sendo real se ela tiver uma eficácia causal, um efeito sobre o comportamento, fizer alguma diferença*”. Ele explica que a confusão geralmente é feita quando se toma a acepção literal e acrítica, de uma (errônea) equivalência entre o “real” e a “existência material” ou física de uma entidade; e, por oposição, a equivalência (também errônea) entre o “não real” como sendo entidades “não materiais”.

Contrariamente a essa visão superficial e acrítica, os realistas críticos destacam que muitas coisas são reais, mas de diferentes modos,⁷ sendo possível identificar pelo menos quatro formas de realidade: (1) *a material*, relativa às entidades físicas como a água ou a terra, que existem de forma independente do que os indivíduos ou comunidades façam, digam ou pensem; (2) *a ideal*, referente a entidades conceituais tais como discurso, gênero, símbolos, etc., que podem ser entendidas como entidades discursivas, que têm eficácia causal e que podem (ou não) ter um referente que, por sua vez, pode (ou não) ser idealmente real; (3) *a artefactual*, que diz respeito a entidades – tais como cosméticos ou computadores – que são uma síntese de entidades física-idealmente reais; e (4) *a social*, relativa a práticas, estados de coisas, estruturas sociais que constituem organizações humanas (Fleetwood, 2005). Vale ressaltar que as entidades reais podem sobrepor dois modos distintos ou mesmo passar de um modo a outro, uma vez que tipicamente elas estão sempre em evolução e mudança. Um exemplo disso são as coisas artefactualmente reais, como computadores e cosméticos, que misturam e sobrepoem dois (ou mais) modos distintos de realidades num único e novo objeto igualmente real.

⁷ Os modos da realidade dizem respeito à como as coisas ou entidades manifestam sua existência no mundo.

Segundo Bhaskar (1989, p. 185), “[...] outra diferença, além da dependência social-relacional das estruturas sociais, são a sua dependência práxis-conceitual e sua relativamente grande especificidade material espaço-temporal ou geo-historicidade substantiva”. Uma estrutura ou um poder pode ser reproduzido sem estar sendo exercido, mas somente em virtude das práticas humanas que sustentem aquela estrutura na sua existência.

Jessop (2005) comenta que Bhaskar enfatiza a natureza relacional dos três estratos da realidade, ou seja, as relações internamente necessárias e/ou externamente contingentes que se obtém dentro dessas dimensões. Em particular, as propriedades necessariamente naturais do real podem (ou não) ser atualizadas em condições iniciais específicas e/ou por meio de intervenções específicas. Neste sentido, a aparência de tais propriedades não é garantida, mas somente tendencial. Assim, os realistas críticos observam as propriedades e eventos, ambos como necessariamente contingentes e como contingencialmente necessários.

Em primeiro lugar, os eventos são necessariamente contingentes porque tendências são sempre e somente *tendências*, podendo ser opostas por contratendências. As tendências são esclarecidas, se totalmente, apenas em condições históricas específicas. Tendências são *tendências* porque sua operação depende, sobretudo, da reprodução de relações sociais e processos que as geram. Devido a esta reprodução não poder ser naturalizada (*taken for granted*), o quão distante uma tendência opera depende da extensão em que as suas próprias condições de existência tendem a ser reproduzidas. Em segundo, assume-se que os eventos são contingencialmente necessários porque uma combinação particular de tendências e contratendências, em um contexto histórico particular, tipicamente produz um resultado (ou um conjunto deles) ao invés de outro. Uma implicação dessa posição é que, ontologicamente, as formas sociais preexistem aos indivíduos e esta preexistência é uma condição necessária para sua atividade. Porém, as formas sociais *não existem separadas* da concepção dos agentes do que eles estão fazendo e, neste sentido, são discursivas assim como materiais. As ações sociais reproduzem

ou transformam as formas sociais. Assim, estas seriam definidas como “[...] um conjunto articulado de tendências provisórias e poderes que existem somente enquanto, e pelo menos, alguns deles estão sendo exercidos via a atividade intencional dos seres humanos [...]” (Jessop, 2005, p. 44).

Um segundo elemento central dentro do RC é a *dimensão transitiva – ou epistêmica* – que passa a ser orientada pela dimensão intransitiva ou ôntica. Para Bhaskar (1989), uma das características mais significantes das Ciências Sociais é que o fenômeno social ocorre em sistemas abertos, enquanto na esfera natural há a possibilidade de fechamento artificial desses sistemas, como observado na Física ou na Química, e de fechamento parcial, gerando sistemas quase-fechados na Biologia, mas com alto grau de controle das variáveis. Daí segue-se que situações decisivas de teste são impossíveis. Então, conclui o autor, o critério de escolha de uma teoria ou desenvolvimento teórico deve ser exclusivamente explicativo e não preditivo.

Consequentemente, haveria duas posições extremas sobre o fato de se ter sistemas abertos: a) a possibilidade de se negar qualquer controle *a posteriori* numa teoria independente de sua aplicação prática, o que ressaltaria o caráter de impossibilidade de teste preditivo; b) a observação do uso de uma bateria de técnicas estatísticas como mais ou menos adequada para se tentar substituir o fechamento experimental, o que negligenciaria os limites qualitativos da medição e a probabilidade de variação dos sistemas abertos. Isso, porém, não implica descartar as previsões condicionais na ciência social. Além disso, uma teoria explicativa poderosa seria capaz de situar possibilidades mesmo antes de elas serem manifestadas, conferindo, assim, uma função prognosticativa no domínio social à teoria.

Outro ponto fundamental no que diz respeito à dimensão epistemológica é que os objetos intransitivos da investigação social são, em si mesmos, dotados de significados ou emergem em parte das relações entre ações plenas de significados. Isso implica uma dupla hermenêutica, em que o que a ciência pretende interpretar é isso mesmo pré-interpretado, donde resulta que a ciência social pode dar *feedback* para a realidade social e, assim,

adquire autorreflexão pelos cientistas. Isso requer que as boas explicações combinam a capacidade explicativa (causal) e interpretativa (hermenêutica). O RC consegue chegar a esse ponto devido a duas razões: o fato de o RC rejeitar o modelo humeniano de ciência e o fato de que as razões podem ser causas (Bhaskar, 1998 [1978]).

Jessop (2005) expõe que o conhecimento – domínio transitivo – é feito por meio de um processo contínuo de confrontação entre *hipóteses* teóricas *retroductivas* sobre os objetos intransitivos e *demonstrações evidentes* (ou evidenciáveis), geradas por intermédio da investigação transitiva. Estas demonstrações são mediadas pelo resultado da investigação científica e nunca refletem diretamente o domínio real ou o fenômeno efetivo (domínio do efetivo).

O problema, então, de como resolver qualquer inconsistência entre hipóteses e evidência seria determinado dentro do paradigma prevaente (hegemônico), com suas regras da ciência. Para estas regras serem aceitas como científicas, no entanto, elas devem prover uma base para julgamento racional entre diferentes reivindicações. Tais regras pertencem ao aspecto transitivo da ciência e por isso estão sujeitas à revisão e ao desenvolvimento. Assim, o RC aceita o relativismo epistemológico, mas rejeita o relativismo julgamental.⁸ Afirmações competitivas sobre o mundo intransitivo são frequentemente (mas não sempre) possíveis de serem feitas (Jessop, 2005).

Deste modo, chega-se a um terceiro elemento central do RC: o processo de *racionalização científica* (*rationale*). No RC a busca pela racionalização e explicação científica percorre um caminho diferente do paradigma convencional. Com questões como: Como o mundo/realidade tem que ser para que ele seja passível de conhecimento por nós?; e “Que propriedades possuem as sociedades que podem torná-las possíveis objetos de conhecimento para nós?” (Bhaskar, 1998 [1978], p. 1), Bhaskar inverte a tradicional

⁸ Visão de que um julgamento pode ser tão bom quanto qualquer outro.

lógica de questionamento, passando da ênfase na agência (como eu conheço o mundo?) para a ênfase no objeto ou coisa em si (como ele é ou deve ser para que possa ser conhecido?) e com isso muda o sentido e a orientação do raciocínio filosófico e científico, no realismo transcendental, gerando a retrodução (*retroduction*). A retrodução é um tipo de raciocínio lógico-filosófico que embasa o pensamento dentro deste paradigma. *Como teria de ser X para que se torne objeto de conhecimento para nós? Que propriedades teria o objeto X para que ele se tornasse objeto de conhecimento para nós (fosse possível ser conhecido)?* Este tipo de operação “[...] envolve um questionamento do que o mundo real deve ser para que um *explanandum* específico seja atualizado, e como tal, difere da indução empírica e da dedução lógica” (Jessop, 2005, p. 43).

Tal procedimento é de caráter geral – assim como a indução ou dedução e, portanto, não requer uma técnica específica para sua aplicação. Ao contrário, pode recorrer tanto à experimentação, medição, observação, etc., sendo sempre contingente, falível e, talvez, corrigível. Por esta razão, o RC abraça o relativismo epistemológico.

Segundo Jessop (2005), *metodologicamente* o RC aponta para a necessidade de se descobrir quais são as condições necessárias e suficientes para um dado *explanandum*. De acordo com Bhaskar (1998 [1978], p. 20-22), as “[...] simples generalizações empíricas somente são aceitáveis na ausência de conhecimento sobre os poderes causais ou mecanismos e outras condições que formam a melhor base para a *retrodução* descobrir os mecanismos e obter as condições que os geram”.

Por sua vez, Bhaskar (1998 [1978], p. 129) gera um modelo de explicação científica em sistemas abertos, composto por 4 fases:

- (1) *Resolução* de um evento complexo em seus componentes (análise causal).
- (2) *Redescrição* das causas componentes.
- (3) *Retroduction* a possíveis causas (antecedentes) de componentes via afirmações nômicas validadas de modo independente.

(4) *Eliminação* de causas alternativas possíveis dos componentes.

Este modelo, denominado de modelo RRRE de explicação em sistemas abertos, testemunha a multiplicidade e pluralidade de causas nos passos 1 e 4, respectivamente. Além disso, nas fases 2 e 3 é sublinhado o papel-chave desempenhado pelas atividades científicas de redescritção e aplicação transaccional do conhecimento – sendo ambas estritamente incompatíveis com o relato humeniano (Bhaskar, 1998 [1978]). [Pode-se observar que tanto a descrição (fase 2) quanto a interpretação (fase 4) ocupam papel de destaque no modelo realista crítico e são próximos ao modelo de Crozier e Friedberg. Isso será recuperado mais adiante.]

Uma ilustração da aplicação da *rationale* retroductiva pode ser vista no registro de Lawson na economia, quando ele fala de semirregularidades ocorridas num espaço físico. A identificação destas regularidades é facilitada por meio da comparação, o estudo de crises econômicas e as análises contrafactuais. Geralmente a explicação adequada é somente relativa a um dado *explanandum*. Isto pode mover do abstrato para o concreto, ou seja, pelo aumento gradativo da concretização /materialização de um dado fenômeno (exemplo de *comodities* em geral para força de trabalho como uma *comoditie* fictícia, da relação salarial para os salários nominais...) e do simples para o complexo, em outras palavras, pela introdução de outras (novas) dimensões de um dado fenômeno (Jessop, 2005). Dessa forma, reconhece-se que nenhuma explicação é sempre e totalmente completa. Ela pode ser sempre redefinida ou questionada fazendo-se o *explanandum* mais concreto e/ou complexo.

Uma implicação direta para as Ciências Sociais é que “[...] enquanto os poderes causais básicos e leis do mundo natural têm sido constantes desde a formação do universo, o mundo social exhibe poucas constantes e correspondentemente maior variação em propriedades emergentes reais através do tempo e do espaço” (Jessop, 2005, p. 44). Assim, os cientistas sociais precisam considerar a especificidade histórica e a espacialidade das formas sociais e a transformação de suas propriedades sociais. Neste aspecto é importante para

a pesquisa a preocupação com a distintividade e particularidade de eventos ou processos, radicados em raciocínios contrafactuais (e até probabilísticos) aplicados a condições internas e externas do fenômeno em questão.

No modelo positivista, a explicação meramente generaliza o problema, enquanto que na vida científica e cotidiana ele resolve este problema via introdução de um novo conceito (explicativo e solucionador de problema). Isso envolve um trabalho não lógico e imaginativo. O realismo transcendental e o idealismo concordam com a necessidade de tal trabalho, mas discordam quanto a sua natureza. O realismo o vê como prático e ao mesmo tempo simbólico, com explicações construídas na imaginação científica sujeita não apenas às restrições cognitivas de coerência e plausibilidade, mas também às condições materiais de teste empírico. Além disso, este trabalho não lógico e imaginativo distingue o momento da teoria e aquele de sua aplicação em sistemas abertos.

Assim, por tratar de elementos como a necessidade de vinculação contextual do conhecimento, da compreensão e explicação do fenômeno de forma contextual mas também lógico-formal, sem reduzir o conhecimento científico a um papel preditivo e, sobretudo, pelo papel interventor da ciência, além de seu caráter explicativo, na realidade, entre outras coisas, defendidos tanto pelo realismo crítico quanto pela escola francesa de Sociologia das organizações (como será discutido a seguir), é que se pretende realizar a aproximação aqui defendida.

Escola Francesa de Sociologia das Organizações: um aporte teórico-metodológico

A EFSO não segue uma linhagem “pura” da tradição intelectual francesa. Ao contrário, ela é fruto de intensos empréstimos e interlocuções com a teoria das organizações estadunidense. Ela foi forjada a partir de uma fusão assaz particular entre a Sociologia das organizações francesa e estadunidense. Desta foram tomados por empréstimo os conceitos de relações de poder (e

jogo) e de racionalidade limitada. Aliados a esses conceitos, uma forte dose de observação empírica, comumente utilizada nos EUA, também foi decisiva para caracterizar a nova abordagem proposta por esses dois autores. Estes “empréstimos conscientes”, não foram “transplantados” mecanicamente, e sim contextualizados em relação aos problemas práticos da pesquisa em solo francês (Crozier; Friedberg, 1995).

A abordagem proposta por Crozier e Friedberg, apesar de seus empréstimos conceituais, se especificou e distanciou gradativamente daquela Sociologia organizacional estadunidense na medida em que a diferenciação temporal e contextual encaminhou cada uma rumo a uma direção. Além disso, a própria realização das pesquisas e a comunicação de seus resultados possibilitaram a estes autores a reflexão sobre seus métodos e sua renovação, culminando com o que eles viriam a denominar mais tarde de uma “abordagem clínica de pesquisa”, marcadamente de natureza compreensiva e qualitativa.

A lógica desta abordagem foi inspirada, inicialmente, pelas análises fundadoras das organizações burocráticas francesas, empreendidas por Michel Crozier na década de 60 do século 20. Em seguida, com o auxílio do colega Erhard Friedberg, eles iniciam uma elaboração teórica mais abrangente focalizando as organizações como modalidades e meios de ação coletiva. Tal teorização culminaria com a elaboração de um programa de pesquisa sobre os sistemas sociais de ação coletiva, dentro do qual as organizações, em especial as organizações formais, não ocupam mais do que uma modalidade da ação coletiva, que ocorre em vários graus de estruturação e formalização (Friedberg, 1993).

Assim, as organizações são “[...] consideradas como um processo pelo qual as interações estratégicas entre um grupo de atores situados num dado campo de ação, e mutuamente dependentes da solução de um ‘problema’ comum, são estabilizadas e estruturadas em ordens locais e contingentes” (Crozier; Friedberg, 1995, p. 135-136).

Basicamente, como apontam Crozier e Friedberg (1995), os conceitos centrais de sua abordagem se resumem nas noções de:

- 1) ator estratégico – intimamente ligado ao conceito de racionalidade limitada, emprestado de Hebert Simon. Compreender as organizações significa entender a ação e, mais especificamente, a ação coletiva. Por isso não se pode ignorar o papel do ator que gera uma ação qualquer. Assim, como resultado da ação de vários atores, colocados numa situação de interação interdependente, é que emerge a ação coletiva – ou organizada. Sua organização significa que a ação coletiva emergente assumiu uma determinada forma, uma direção, um padrão. Este é dado pela coalização dominante. Todos os atores se posicionam de uma determinada maneira, a fim de perseguirem seus interesses próprios, pois todos eles são interessados na solução do “problema”, embora cada um possa ter um interesse distinto. Devido ao fato de que todos seriam interessados, os autores consideram que há um “instinto estratégico” em seu comportamento (Crozier; Friedberg, 1995, p. 138).
- 2) sistema de ação – que é acrescentada ao anterior para contextualizar e delimitar empiricamente um sistema social da realidade. O ator faz referência, uma vez que está inscrito a um sistema local de interação relativamente autônomo. Esta noção, porém, é usada de modo muito particular, somente como “[...] um instrumento de análise permitindo servir à idéia de racionalidade limitada e contingente dos atores para descobrir as propriedades e características do contexto sistêmico de onde vêm seus recursos e constrangimentos” (Crozier; Friedberg, 1995, p. 141). Sua função é mostrar que em qualquer sistema há um mínimo de grau de coerência e ordem. Se o sistema local de interação se refere ao contexto de interdependência e interação estratégica entre atores, formando a estruturação de um campo por meio das regras do jogo, é necessário considerar que na maior parte do tempo, em qualquer campo de ação, há vários jogos simultaneamente, cuja articulação supõe uma regulação de

segunda ordem. Esta é considerada um sistema de ação concreto, que é conceituado como um metajogo, integrando os jogos operacionais cuja articulação é regada por ele.

- 3) poder como capacidade de ação – medeia e articula as noções de ator e sistema. A concepção de interação humana é mediada por relações de poder. O poder é definido como uma troca estruturalmente desequilibrada de possibilidades de ação entre um número de atores individuais e/ou coletivos. Consequentemente coloca-se ênfase sobre a natureza relacional do poder. Ele não é um simples exercício; ele se localiza nas estruturas preexistentes do espaço de ação e, acima de tudo, na assimetria de acesso aos recursos. Ele é inseparável da relação pela qual é exercido e tira seus recursos. Outra consequência é que ela sublinha os laços irreduzíveis entre poder e (inter)dependência, entre poder e cooperação, de onde vê-se a dimensão instrumental do poder. Uma terceira implicação remete à natureza bilateral (mais frequentemente multilateral) do fenômeno: o poder não pode ser imposto pelos que o detêm àqueles que não o detêm. Ele é inseparável de um processo de troca, que deve ser compreendido como processo de negociação mais ou menos explícito em torno de condições que estruturam essa troca. Segundo Crozier e Friedberg (1995), o alcance teórico alcançado pelo desenvolvimento da abordagem de análise estratégica das organizações se aplica tanto ao estudo das organizações quanto ao das instituições, haja vista que esta trataria dos múltiplos jogos permeando um dado campo de ação (sistema de ação concreto), enquanto àquela estaria centralizada sob o foco de um único (ou prioritário) jogo do sistema de interação local. Além disso, devido a sua pretensa amplitude e capacidade de diálogo e integração em relação aos demais níveis sociais, micro e macro, ela fornece, no nível mesossocial (o das organizações), um modo para a análise da criação, desenvolvimento e manutenção de regras sociais.

Concretamente, ao situar sua análise sobre contextos locais de ação empiricamente observáveis e com uma atenção focalizada em suas questões intrínsecas, este tipo de abordagem se apoia sobre estudos de casos clínicos num quadro de pesquisa comparativo. Teoricamente, ela pode ajudar a desenvolver modelos descritivos e interpretativos da ação organizada, mas que visam a apenas o conhecimento local.

Assim, se por um lado seus resultados são passíveis à crítica da metodologia indutivo-qualitativa, por outro a utilidade de sua análise depende do seu valor pragmático. Em síntese, segundo Crozier e Friedberg (1995), esta perspectiva encerra uma visão mais humana e realista da realidade, na medida em que se situa de forma concreta e aplicada na produção de conhecimento local, que pode ser utilizado para a mudança num processo progressivo de aprendizagem coletiva desses sistemas sociais.

É justamente este caráter mais aplicado e intrinsecamente relacionado com o campo – seja na recolha de dados seja na restituição da análise feita pelo pesquisador, mas, sobretudo, com o compromisso de um estudo pontual de caráter intervencionista e transformador – que se pretende aprofundar nas próximas seções.

Conhecimento e Intervenção sobre o Sistema Social Organizado via Estudo Clínico

Metodologicamente, segundo Friedberg (1993), esta teoria não visa a desenvolver uma visão substantiva das ordens locais, nem formular leis gerais sobre suas propriedades estruturais, regras ou articulações entre seus membros. Seus conceitos não são enunciados gerais substantivos, mas particulares de sua abordagem de pesquisa sobre o terreno próprio. Essa posição, por sua vez, nos obriga a nos contentarmos com saberes parciais, modelos locais de interpretação que demandam estar constantemente enraizados e concretizados num campo dado com suas configurações específicas.

A aplicação empírica da abordagem da escola francesa de Sociologia das organizações preconiza duas etapas essenciais e complementares do mesmo processo de pesquisa: a) a de produção do conhecimento local e situado, junto aos atores do próprio sistema social analisado; e b) a difusão e restituição desses conhecimentos produzidos para os próprios atores do sistema em questão (Crozier; Friedberg, 1995).

Esta última seria não só como uma forma de validar esse conhecimento, por meio de sua aplicação e sua legitimação pelos atores implicados, mas também como modo de intervenção no sistema social e geração de mudança. Para os autores, a concepção de mudança é inerente a qualquer sistema humano, estando sempre em curso, mesmo sendo involuntária (não planejada) ou voluntária (planejada), devido ao fato de todos os atores envolvidos possuírem interesses e agirem em prol de sua consecução, o que implica a impossibilidade de um padrão mecânico e contínuo de adaptação.

Assim, apesar de a produção e restituição do conhecimento serem, na abordagem da EFSO, etapas do mesmo processo, apenas esquemática e didaticamente elas serão separadas nas próximas seções, a fim de se focalizar com maior precisão as posições subjacentes ao seu modo de racionalização bem como suas implicações.

Produção do Conhecimento

a) Abordagem Geral: estudo clínico

As organizações são fenômenos complexos e não obedecem a uma divisão estanque e linear. É preciso reconstruir essa complexidade evitando incorrer em falsas simplificações. Segundo Crozier e Friedberg (1995, p. 294), “diante da natureza irredutivelmente contingente do fenômeno ao qual ela se interessa, a abordagem organizacional da ação social se engaja

numa análise clínica e, sobretudo, dita igualmente e necessariamente contingente da realidade [...]” que remete às relações travadas entre os atores num espaço de ação particular.

A importância da abordagem organizacional para o conhecimento mais apurado do terreno, e de suas configurações, implica postura geral do estudo clínico, em que o que interessa é compreender como a ação coletiva é estruturada localmente, isto é, “[...] identificando quais os arranjos e quais mecanismos particulares são mobilizados para a construção, manutenção e a cooperação entre os atores empíricos situados num contexto de ação com características igualmente específicas” (Crozier; Friedberg, 1995, p. 293). Esta postura implica uma “viagem” para a interioridade dos atores, e também a suspensão, ao menos temporária, da distância entre o analista e seu campo de análise.

Segundo Aktouf (1987, p. 29 – tradução livre), o método clínico

Consiste em observar diretamente o objeto de estudo e o acompanhar, passo a passo, enquanto observando todas as suas mudanças, sua evolução ... [sic] Este é um método empírico onde não há nenhum tipo de intermediário entre o observador e o que ele estuda. Ele pode ser encontrado, além da medicina, na antropologia, nos estudos de caso, nas monografias, na observação participante...

David (1999, p. 19 – tradução livre) acrescenta que

[...] na administração, Girin define a abordagem clínica como “a interação estabelecida entre o pesquisador e seu campo de estudo [...] com base em um problema percebido na organização, dando origem a uma demanda de estudo. [...] A interação entre o pesquisador e seu terreno é erigida como uma ferramenta privilegiada de análise” [1981, p. 1.884]. Girin considera o estudo clínico como um intermediário entre as técnicas “objetivantes” de observação, do tipo do questionário fechado e a observação participante.

O método clínico supõe uma intervenção direta do pesquisador na construção concreta da realidade. É o modo de intervenção que distingue o tipo de pesquisa: se o pesquisador parte da situação atual e da representação que os atores têm dela para lhes ajudar sem outra ferramenta além dos dispositivos relacionais – grupos de trabalho, entrevistas – para construir e conduzir um processo de transformação, então trata-se de uma pesquisa-ação e de certas formas de abordagens ditas “clínicas”. Aqui o foco está na construção mental da realidade. Se, por outro lado, o pesquisador intervém no terreno de pesquisa para ajudar, eventualmente propondo, ele mesmo, algumas ferramentas, então tem-se uma pesquisa de intervenção. Aqui o foco reside na construção concreta da realidade (David, 1999).

Apesar de não especificar nenhum tipo de abordagem geral de estudo, o RC propõe que a pesquisa científica, além de ser contextualizada, deva ter um caráter emancipatório e de transformação da realidade, sendo focalizada sobre um problema específico da mesma, o que converge com a proposta dos estudos clínicos defendida pela escola francesa de Sociologia das organizações.

b) Indução

A partir deste conhecimento local e contingente, o analista poderá reconstruir o jogo entre estes atores e a natureza desses modos de regulação que estruturam o sistema de ação concreto e particular. Assim, a abordagem geral enunciada pelos autores da escola francesa de Sociologia das organizações parte do fundamento filosófico da indução como processo pelo qual se pode gerar o conhecimento, a partir da observação de fenômenos particulares.

A característica essencial da abordagem organizacional da ação social é de relativizar todos os determinismos e todos os mecanismos de dominação colocados de maneira abstrata. Ela se interessa aos constrangimentos específicos que as modalidades e as regras do jogo através das quais um conjunto de atores, nestas circunstâncias concretas (aqui e agora) [*hic et*

nunc], gera uma cooperação estruturada que “pesa” sobre a capacidade de ação, de desenvolvimento e de mudança de cada um deles e do conjunto que eles formam (Crozier; Friedberg, 1995, p. 294).

Como o foco desta abordagem reside nas interações dos atores em uma situação de interdependência, somente uma análise específica pode detectar os constrangimentos inerentes a ela. Esta *rationale* busca gerar novos conhecimentos a partir da base (premissas) já existente e de sua comparação com a observação de novos casos, em contextos particulares, mas nunca exaustivos (Friedberg, 1993). Em função desta impossibilidade de fechamento do conhecimento, ou seja, da exaustão da observação de todas as possibilidades de existência de ocorrência de um dado fenômeno da realidade, torna-se impossível prever com exatidão o curso de uma determinada ação. A crítica a este modo de raciocínio aplica-se de forma mais contundente nas Ciências Humanas e Sociais, embora possa ser estendida ao domínio das próprias Ciências Naturais.

Assim, a prioridade aqui está na descoberta do terreno, sua estruturação particular e contingente e no desenvolvimento de modelos descritivos e interpretativos “casados” com este terreno. Por isso, adota-se

[...] uma abordagem hipotético-dedutiva, a abordagem organizacional parte, portanto, da vivência dos atores para reconstruir não a estrutura social geral, mas a lógica e as propriedades particulares de uma ordem local, i.e., a estruturação da situação ou do espaço de ação considerado em termos dos atores, das questões, dos interesses, dos jogos e das regras do jogo que conferem sentido e coerência a esta vivência (Crozier; Friedberg, 1995, p. 294).

Ao contrário desta abordagem, o RC, devido à asserção da dimensão ontológica e suas implicações, propõe uma *rationale* específica para a geração do conhecimento científico: a retrodução. Esta, no entanto, não é oposta à indução, uma vez que também propõe a extração de novos conhecimentos a partir da observação e comparação de premissas e realidade. De fato, a

retrodução incorpora essas características, e vai além, expandindo o raciocínio por meio da reconstituição das diferentes possibilidades, tomando como ponto de partida um estado de coisas da realidade atual. Para a reconstituição da trajetória desta, no entanto, pode lançar mão de raciocínios hipotéticos, dedutivos, e abduativos, sendo, portanto, mais ampla do que a indução.

c) Generalização

Uma vez identificada e considerada a contingência “radical e geral” dos contextos de ação, Friedberg (1993) afirma, então, ser impossível a tecnicização e padronização dos problemas e suas soluções (ou sua otimização). Uma pesquisa se completará com a comparação de múltiplos estudos clínicos e monografias, cujo aprofundamento, por intermédio de sua comparação (cf. adiante), pode levar a especulações e extrapolações hipotéticas, e eventualmente nos permitir elaborar generalizações.

Haveria, assim, nesta perspectiva, dois tipos de generalização: a) aquele baseado numa teoria substantiva fundamentada; e b) aquele baseado numa teoria formal fundamentada (Friedberg, 1993). Segundo este autor, o primeiro tipo refere-se à possibilidade de generalização obtida a partir da comparação de resultados de vários estudos realizados sobre campos próximos ou sobre um mesmo problema. Este processo permite que dos conhecimentos gerados a partir de um primeiro estudo, e validados pela sua restituição aos atores do sistema (cf. a próxima seção), se extraiam hipóteses que possam ser aplicadas (“testadas”) a novos sistemas de interação local.

Já o segundo tipo considera que qualquer que seja o nível de análise somente por meio de dispositivos experimentais que misturem possibilidades múltiplas de recuperar e aproximar os fatos de observação, é que se poderá fazer uma teoria fundada. Assim, “[...] esta argumentação se aplica a qualquer que seja o tipo ou a natureza de comparação, quaisquer que sejam os objetos sobre os quais ela se refere e qualquer que seja sua extensão geográfica” (Friedberg, 1993, p. 305).

Outra diferença importante entre esses dois modos de generalização “ascendente” (de base indutiva) pauta-se na amplitude de sua generalização, pois enquanto a primeira (teoria substantiva) refere-se à transposição de ideias e conceitos, a segunda forma de generalização (teoria formal) refere-se ao nível de integração dos conceitos e formalização em uma teoria mais sistemática, quando o papel do método (e dos procedimentos de pesquisa) é crucial.

O raciocínio indutivo empregado nesta abordagem, portanto, é comparativo, e é por meio desse processo de comparação sistemática, porém particularizada, que os autores defendem a possibilidade de se gerar conhecimentos – conceitos e métodos – que hipoteticamente (pois precisarão ser validados novamente em novas situações de intervenção) poderão ser aplicados em novos contextos sociais.

Contudo, devido, à forte ênfase na pesquisa na *rationale* indutiva e no seu correspondente desdobramento na forma de pesquisa qualitativa (o que não é a única possibilidade, como será visto mais adiante), as críticas que recaem ao arcabouço teórico-metodológico forjado por Michel Crozier e Erhard Friedberg residem, acima de tudo, nas suas premissas indutivo-qualitativas, e às consequentes críticas a essa forma de produção e conhecimento, em geral. Devido a sua consideração da realidade como um sistema aberto, do qual o estado atual das coisas é apenas uma das muitas possibilidades, o RC, no entanto, escapa das restrições impostas pelas premissas indutivo-qualitativas, pois, pelo seu processo de tentativa de reconstituição da trajetória do estado atual da realidade – que o levaria as suas causas ou tendências subjacentes – impõe um tipo de raciocínio que vai além da indução e, portanto, consegue fazer esta dialogar com outras *racionales*, o que traz implicações para os métodos e técnicas que serão utilizados na pesquisa e também para a sua possibilidade de generalização. No RC, portanto, a generalização é possível, mas nunca total – haja vista a

consideração do fato de a realidade se dar em sistemas abertos – como um fechamento do sistema ou uma lei geral; mas sempre sendo encarada como uma tendência operando em um sistema aberto.

d) Validade

Os modelos interpretativos gerados pela abordagem organizacional da ação coletiva caem sob a crítica que normalmente é feita ao método indutivo-comparativo. Eles não são falsificáveis nem “provam” nada – aos olhos da Física clássica e das Ciências Naturais –, ao contrário, são apenas o resultado parcial e provisório que corresponde a um estado de recolha de dados, sem pretensão de exaustividade nem generalidade (Friedberg, 1993).

A intenção dos autores não é descartar todas as contribuições inerentes ao raciocínio-indutivo comparativo por causa de suas limitações, mas sim resgatar suas contribuições e minimizar suas limitações ao “reduzir” a ambição científica de geração de um conhecimento totalmente verdadeiro, exaustivo e incorrigível. Para os autores da escola francesa de Sociologia das organizações, não é porque não se pode extrapolar nem produzir leis gerais que não seja científico. Eles propõem, ao invés de perseguir a quimera da cientificidade inacessível, que seria melhor assumir seus limites e sua validade circunscrita.

Defendendo este ponto de vista, eles sugerem uma “ciência procedural”, fazendo analogia à racionalidade procedural (limitada) de Simon, na qual não se visa a um conhecimento otimizado, mas satisfatório, limitado pelas possibilidades contextuais (Crozier; Friedberg, 1995). Nesse sentido, adicionam que o caráter mais ou menos científico da (sua) abordagem organizacional seja dado não pela reprodução de resultados, nem pela confirmação estatística, mas pelo respeito a procedimentos de entrevista que devem garantir uma recolha e tratamento de dados abertos (transparente), sistemáticos e honestos tanto quanto seja possível.

Ambos reconhecem que não se pode garantir a exaustividade utilizando este procedimento. Isso seria impossível para a pesquisa em Ciências Humanas e, quiçá (ou inclusive, adicionaria um realista crítico) em Ciências Naturais. É preciso então uma perspectiva mais humana e realista. Isso não significa, porém, romper com todos os critérios e a pretensão de cientificidade. É preciso manter as regras elementares da lógica e argumentação racional que constituem a condição de existência de um discurso científico (Friedberg, 1993). Assim, é preciso uma perspectiva formalizada e que não deixe fora de controle a subjetividade do pesquisador. Embora reconhecendo que há certa dose de arbitrariedade na análise e interpretação, afirmam, no entanto, que a ideia falsamente fácil não fornece critérios claros.

Deste modo, não busca uma validação, mas a confrontação dos interessados em torno dos dados que seu trabalho produziu, as reações diferenciadas entre eles e as argumentações que eles desenvolvem para as explicar, justificar ou criticar. Mesmo que haja um “acordo” ou homogeneidade na interpretação dos interessados sobre um conjunto de fatos, isso não “prova” algo. A questão novamente não é “provar”, e sim validar o conhecimento produzido pela sua efetiva utilização, pela sua capacidade de “dizer algo” e modificar o sistema de interação dos atores. Isso se dá via restituição (ou comunicação) dos resultados aos interessados (atores do sistema), fornecendo um novo modo de compreender o sistema.

De forma similar à abordagem de Crozier e Friedberg, no RC a validação é relativizada, posto que nenhum conhecimento é pleno e total – devido à impossibilidade de fechamento total do sistema –, sendo, então, considerada uma questão de maior ou menor plausibilidade decorrente de teorias competitivas sobre a explicação de um dado fenômeno. Assim, como o conhecimento reside no domínio transitivo e, portanto, mutável do paradigma realista crítico, a sua revisão e evolução é constante e, desse modo, as explicações mais adequadas serão dadas pelas melhores teorias em um dado momento, mas estas podem ser alteradas e até mesmo substituídas

por outras mais adequadas no futuro, de acordo com o grau de evolução do conhecimento científico e a capacidade humana de aprofundar o conhecimento sobre a realidade.

e) **Estratégia de Pesquisa:**
entre a limitação do quali e a tecnicização do quanti

Em função da contingência e especificidade inerentes e necessárias para a compreensão do sistema, adota-se uma postura que privilegia a pesquisa qualitativa. Esta preferência não é necessariamente ligada à postura de indução. Ela também pode ser feita com a pesquisa quantitativa, desde que suas técnicas evitem toda a padronização *a priori* que reduziria a multiplicidade e diversidade de dados e sua capacidade de representação.

O uso de técnicas quantitativas de pesquisa pode ser realizado, de forma combinada com a abordagem qualitativa, mediante a construção *bottom up* de categorias, a partir de dados coletados e interpretados sobre o terreno. Tais categorias devem servir para visualizar a reconstrução do processo de estruturação do campo.

A crítica que se faz ao uso das técnicas de pesquisa quantitativas, utilizadas *a priori*, se refere ao fato de que elas pressupõem algum grau de padronização que, portanto, requer um conhecimento prévio do pesquisador (e que ele ainda não possui do campo, posto que todos são contingencialmente diferentes e únicos) incompatível com a diversidade de dados e suas possibilidades múltiplas de interpretação, que só podem ser coletadas a partir do contato direto com o próprio campo de ação estruturado.

Uma vez acessados os dados do campo, é possível, e necessário, após a coleta e compilação de sua diversidade, produzir algum tipo de sistematização e categorias de tais dados, o que pode ocorrer de forma qualitativa ou quantitativa. Neste momento, a opção pelo uso de técnicas quantitativas, por exemplo, poderia dar lugar à elaboração de indicadores, não universais, mas referenciados no próprio sistema em questão.

Para os autores, somente as relações (e sua estruturação) permitem a construção de indicadores que façam a passagem para a abordagem quantitativa. Assim, é necessário ter cuidado com a “vontade” de padronização desta técnica para não incorrer na incompatibilidade com a abordagem indutiva. A questão, portanto, não é cair na falsa dicotomia entre “quali” e “quanti”, e sim escolher entre padronização *a priori* ou estudo clínico, quando este último pode empregar também, com reservas, técnicas quantitativas.

Para o RC a utilização de técnicas quantitativas e qualitativas não é uma questão de distinção entre posições excludentes, mas sim de conjunção, considerando que ambas possuem características próprias que podem ser complementares no aprofundamento do estudo de um fenômeno. Assim, tanto as técnicas estatísticas podem ser usadas quanto as técnicas qualitativas, como a etnografia. Nenhuma das duas, por si só, porém, poderá esgotar o objeto de estudo, não conseguindo, assim, gerar conhecimento suficiente sobre as estruturas gerativas das coisas.

Além disso, como a ciência, no paradigma realista crítico deve ser validada por afirmações de teorias competitivas. Quanto maior for o rigor metodológico na produção de um conhecimento qualquer – e portanto, maior e mais diversificado for o uso de procedimentos e técnicas –, maior tenderá a ser a capacidade de afirmação de uma teoria com alto grau de plausibilidade e adequação à realidade. Assim, a posição defendida pelo RC poderia ser considerada como a do pluralismo metodológico (informado ou responsável), tal como aquela largamente utilizada por Bourdieu (Vandenbergh, 2010).

f) Método

Dentro da proposta estabelecida por Crozier e Friedberg há um processo mais ou menos sistemático de se conduzir a pesquisa e a intervenção nos sistemas sociais locais. Em primeiro lugar, os autores compreendem a pesquisa e o processo de intervenção de forma integrada, isto é, como duas faces da mesma moeda, não podendo serem separados um do outro.

Além disso, é preciso separar a descrição da interpretação, porque durante a dinâmica da discussão pode-se facilmente se pôr de acordo em relação aos fatos. Se a discussão deles é submetida a um princípio de validade, sua interpretação é mais delicada de estruturar e conduzir, na medida em que ela é sempre vivida por um número de participantes, o que faz as pessoas terem reações afetivas fortes. De outro modo, apesar de as próprias interpretações dos atores serem ricas em ensinamentos, é necessário separar o dado que será compilado e misturado com outros dados do processo da nova interpretação gerada após a pesquisa. A discussão pressupõe um processo de reelaboração e interpretação por parte do pesquisador (Crozier; Friedberg, 1995).

- Descrição

A descrição é aqui, ao menos, tão importante quanto a interpretação dos fatos observados. A descrição permite pôr em evidência a definição e o peso específicos que os atores associam aos diferentes problemas. Ela sublinha a importância que esta abordagem vincula à vivência dos atores do campo, partindo da capacidade do investigador de recolher aquilo que se supõe que ele possa estabelecer e desenvolver em relato de intersubjetividade com estes atores.

A elaboração dos fatos relacionais que constituem a estruturação particular do campo que se visa a conhecer não obedece a um empirismo simples. Ela é, ao contrário, instruída por uma problemática e um modo de raciocínio, isto é, por premissas de uma série de noções teóricas como estratégia, poder, incerteza, etc. cuja articulação fornece um método de análise ou uma grade de leitura da dinâmica dos processos de estruturação dos relatos de mudança e negociação dos indivíduos dispostos em situação de interdependência (Friedberg, 1993).

Friedberg (1993, p. 299) utiliza a metáfora da “esponja” para se referir ao analista, pois nesta fase inicial do terreno deve absorver tudo. Não deve ter opinião própria preconcebida, nem ideia, mas uma curiosidade insaciável por tudo que se passe no espaço de ação dado. O pesquisador deve tomar nota

de tudo: das indicações, dos entrevistados, das justificações, racionalizações, descrições, contradições, etc. sem desqualificar nem intervir arbitrariamente contra ninguém.

- Análise /interpretação

As lacunas entre os entrevistados do mesmo espaço de ação e o conjunto de convergências e divergências que faz surgir um conjunto de monografias sobre os contextos de ação *a priori* comparáveis, permitem desconstruir as evidências aparentes e selecionar progressivamente um conjunto de fatos, numa significação mais ampla que uma monografia. Sobre esta base pode-se erigir um modelo interpretativo que ultrapasse a contingência local para se situar num primeiro nível de generalização.

A análise e interpretação dos dados baseiam-se na elaboração, por parte do pesquisador, de um relato próprio emergente do conjunto de dados, observações e informações intersubjetivas, obtidos ao longo do processo de pesquisa. O pesquisador encontra os recursos necessários a este reestabelecimento por meio da comparação entre os dados da observação e a sua disposição, assim como na sua reflexão sobre as incoerências, contradições e lacunas que surgirem. A comparação, portanto, reside no “coração” da perspectiva clínica e indutiva, devido: a) à multiplicidade de testemunhos e de conhecimentos que o analista deve mobilizar, e b) à percepção comparável da realidade – usando os mesmos critérios para ver situações, pontos de vista, representações, etc., idênticas ou semelhantes.

À Guisa de Conclusão ou das Razões pelas quais a Abordagem da EFSO Compartilha do Positivismo e Deveria Ser Refundada Com Base no RC

A abordagem da EFSO surge no contexto do início da segunda metade do século 20, quando, aos poucos, se começa, de forma gradual e consistente, uma crítica à concepção positivista das ciências, inspirada no modelo *humaniano* e na sua aplicação às ciências “duras” ou da natureza.

A EFSO compartilha da crítica feita ao positivismo. De onde, no entanto, vem essa crítica? Tal crítica vinha de um movimento de “suavização” da ciência (em contraposição ao modelo das “ciências duras”) e uma tentativa de flexibilizar os requisitos do que seria necessário para se considerar um trabalho científico. Essa crítica, e essa desconstrução, chegam às ciências pela literatura e pela estética (Vandenbergh, 2013) nas viradas ocorridas da década de 80 em diante, e será agrupada em torno do que viria a ser conhecido como pós-modernismo (Sousa Santos, 1995).

Por vários motivos a EFSO pode ser atrelada a essa nova onda, seja pela sua inspiração teórica herdada do contexto estadunidense, passando pelo seu método indutivo-qualitativo, até chegar à abdicação de uma proposta de teoria geral dos conhecimentos gerados sobre os sistemas concretos de ação coletiva. Apesar desta suposta oposição, porém, o que ainda não é usualmente esclarecido é a aproximação e aceitação das ideias do pós-modernismo na crítica que este dirige ao positivismo. Esta é, então, uma crítica superficial, uma vez que o pós-modernismo não desenvolve um modelo próprio de fazer ciência, não efetuando, assim, uma cisão em relação à concepção humaniana de ciência, a saber: a concepção de causalidade como regularidade de eventos para o estabelecimento de leis científicas. Deste modo, o que persiste de forma subjacente a ambas as vertentes – realista (positivismo) e antirrealista (pós-modernismo) –, é o modelo humaniano de ciência (Bhaskar, 1998), deixando assim a crítica da EFSO numa situação difícil de ser levada a cabo, posto que continua com os mesmos compromissos do paradigma positivista e sua dependência dogmática.

Ao não conseguir romper com essa concepção, o cordão umbilical da concepção de ciência “dura” e positivista permanece atada à abordagem da EFSO. Esta, porém, adquire apenas uma roupagem nova em termos de sua manifestação, agora não dada por estatísticas e técnicas matematizadas de estabelecimento de regularidades e causalidades, mas buscadas em discursos e elementos simbólicos atribuídos às falas e representações dos atores sociais. Em virtude dessa ligação, em termos de concepção de ciência, a

EFSO padece dos mesmos males das outras abordagens positivistas. Como, então, compatibilizá-la com o RC? O desenraizamento e a transposição do método clínico do contexto de explicação positivista, seja em sua vertente realista ou antirrealista (pós-modernista) da ciência, e sua realocação no contexto realista crítico, pode permitir uma dupla contribuição: de um lado uma proposta metodológica para o paradigma realista crítico, que ainda não desenvolveu plenamente esta área; e, de outro, a efetiva conclusão de um ciclo – o de crítica ao positivismo e tentativa de afastamento dele – que, embora iniciado, não pode ser concluído devido à ausência de elaboração de um argumento transcendental de refutação da atividade científica baseada numa conjunção de regularidades de eventos e em leis científicas. Somente a partir do estabelecimento de uma profunda crítica às bases científicas *humanianas* é que se pode propor uma completa e efetiva crítica e proposta de reconstrução, que foi oferecida pelo RC.

Neste texto pretendeu-se apresentar a tese de que há uma convergência entre a Sociologia das organizações proposta por Michel Crozier e Erhard Friedberg, em especial no que respeita a questão metodológica de seu aparato teórico-metodológico, e o realismo crítico, enquanto paradigma e programa de pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais. Mais especificamente, buscou-se realizar uma aproximação entre o RC e a EFSO e evidenciar como o realismo crítico pode fornecer as bases necessárias, no plano ontológico e epistemológico, à sustentação de um empreendimento mais solidamente estruturado, que ultrapasse as limitações dadas pela restrição à *rationale* indutiva e ao uso, quase exclusivo, da abordagem qualitativa de pesquisa, que reduzem significativamente alguma possibilidade de generalização.

Supondo ter alcançado este objetivo, uma vez que, segundo diferentes categorias – tais como abordagem geral de estudo, *rationale*, generalização, validade, estratégia de pesquisa e os procedimentos metodológicos –, deliberadamente selecionadas a partir da *demarché* de Crozier e Friedberg, pode-se observar que o realismo crítico adota uma posição muito próxima à maioria delas, posicionando-se de forma diferente apenas quanto à dimensão

ôntica e ao seu desdobramento na questão da *rationale*, devido ao fato de elaborar e sustentar um modo próprio, o da retrodução, e discordando de forma mais suave ainda da questão da validade científica, posto que, em seu relato, os critérios de validade são diferentes da tradicional visão positivista e antirrealista – que compartilha dos mesmos critérios – à qual se vincularia, segundo a visão do RC, a escola francesa de Sociologia da organização.

A teoria política da ação organizada e seu *raisonnement* subjacente não são um simples exercício intelectual. De um lado possuem consequências práticas sobre a competência do pesquisador das organizações e seus métodos de pesquisa e coleta de dados; de outro, não abrem mão da produção de um conhecimento científico fundamentado. Assim, mais do que um modelo teórico, esta abordagem organizacional é um método de produção de conhecimento. Ela, até o presente momento, porém, devido a sua ligação com o modelo humiano de ciência, que a mantém atada aos moldes do paradigma positivista, ainda é frágil em seus pilares de sustentação.

Apesar de buscar transcender a limitação imposta pela separação cartesiana da filosofia positivista, entre produção e aplicação do conhecimento, o modelo teórico-metodológico de Crozier e Friedberg apenas parcialmente consegue fazer isso, tornando-se, então, mais um esboço, ou uma tentativa inicial, do que uma alternativa efetivamente ao modelo positivista. Suas aspirações e esboços originais, porém, podem ser, de fato, ressitoados num contexto paradigmático que rompe com o positivismo – sem cair nas falácias do irracionalismo – e, portanto, é capaz de assegurar a possibilidade plena de execução de suas propostas. Aqui entra o RC como fundamento sólido sobre o qual aquelas proposições podem ser erigidas e efetivadas.

Assim, como contribuição defendida aqui, o presente estudo identifica uma limitação atual existente na teoria e propõe a sua revisão e “correção”, gerando, assim, supostamente, uma melhoria e avanço no conhecimento disponível. Ao fazê-lo – apenas de modo limitado e parcial, considerando que este é um trabalho ainda em construção – traz à baila a discussão de um possível veio de pesquisas e estudos futuros, no qual estudiosos poderiam

se dedicar e expandir, inclusive superando questões e limites do presente trabalho, a fim de avançarmos na produção de um conhecimento aprofundado sobre a teoria das organizações e, também, em formas mais efetivas de sua aplicação.

Este trabalho, contudo, também possui limitações. Uma delas foi o fato de separarmos a produção do conhecimento do seu aspecto de intervenção e nos concentrarmos apenas no primeiro ponto, devido à impossibilidade de tratar todo o assunto neste primeiro momento dentro das limitações físicas deste espaço. Assim, uma lacuna aqui presente é a necessidade de aprofundar esse processo de exploração da escola francesa de Sociologia das organizações a partir do realismo crítico (e vice-versa, ou seja, que contribuições a Sociologia das organizações pode trazer ao realismo crítico), o que, naturalmente, pressupõe futuros estudos que vão além dos limites deste.

Alguns desses estudos poderiam explorar possibilidades identificadas na linha de raciocínio aqui empregada, aumentando a abrangência desta argumentação inicial, como, por exemplo: a) explorar pormenorizadamente a questão do processo de intervenção proposto pelo modelo teórico-metodológico de Crozier e Friedberg; b) discutir o papel do pesquisador e os procedimentos de controle e uso seletivo da subjetividade; c) aprofundar na questão do modelo de explicação científica e no uso de técnicas de pesquisa, visando à elaboração de um modelo próprio e mais específico que ultrapasse as generalidades das prescrições atuais e, d) aprofundar a questão da aprendizagem coletiva e sua relação com o papel do pesquisador; entre outras questões.

Referências

AKTOUF, O. *Méthodologie des sciences sociales et approche qualitative des organisations*. Montréal: Les Presses de l'Université du Québec, 1987. 213 p.

BHASKAR, R. *Reclaiming Reality*. Verso: London; New York, 1989.

- BHASKAR, R. *The Possibility of Naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences*. 3. ed. Routledge: London; New York, 1998 [1978].
- CASTAÑON, G. A. Construtivismo e ciências humanas. *Ciências e cognição*, vol. 5, s/n, pp.36-49, jun., 2005.
- CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. Organisations et action collective. In: CROZIER, M. *A quoi sert la sociologie des organisations?* Paris: Éditions Seli Arslan, 1995.
- DAVID, A. Logique, épistémologie et méthodologie en sciences de gestion. VIIIe Conférence Internationale de Management Stratégique – Aims. Montréal, CA. *Actes de l'AIMS1999*, 1999. p. 1-23.
- FLEETWOOD, S. Ontology in organization and management studies: a critical realist perspective. *Organization*, v. 12, n. 2, 2005.
- FRIEDBERG, E. *Le Pouvoir et la Règle*. Paris: Editions du Seuil, 1993. 405p.
- JESSOP, B. Critical Realism and the Strategic-Relational Approach. *New Formations*, vol. 56, p. 40-53, 2005.
- PIMENTEL, T. D. *Space, Identity and Power: outline of a morphogenetic and morfostatic theory to the sociology of organizations*. 471f. Thesis (Ph.D.) – Institute of Human Sciences, Federal University of Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), 2012.
- SOUSA SANTOS, B. *Um discurso sobre as ciências*. 7. ed. Lisboa: Edições Afrontamento, 1995.
- VANDENBERGHE, F. *Teoria social realista: um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG; Rio de Janeiro, RJ: Iuperj, 2010.
- VANDENBERGHE, F. Une ontologie realiste pour la sociologie: système, morphogenèse et collectifs. *Social Science Information*, 46 (3), p. 487-542, 2007.
- VANDENBERGHE, F. *What's Critical about Critical Realism?* Essays in Reconstructive social Theory. 1. ed. Londres: Routledge, 2013. 336p. V. 1.

Recebido em: 18/4/2013

Accite final em: 6/11/2013